

FORA DE CONTROLE

Hamilton Octavio de Souza



A violência na Capital paulista está fora de controle. A taxa de homicídios, em 1999, foi de 59 por 100 mil habitantes, e as taxas registradas em bairros como a Sé, Cidade Ademar, Jardim Ângela, Jardim São Luís e Jardim Iguatemi são todas superiores a 100 por 100 mil habitantes. Em um único mês, novembro, foram assassinadas 505 pessoas no município, média de 16,8 por dia

Todas as pesquisas de opinião têm indicado, nos últimos anos, que a população de São Paulo considera a violência o principal problema da cidade, a ser enfrentado obrigatoriamente pela próxima administração municipal mesmo que a responsabilidade constitucional da segurança pública seja atribuída muito mais aos governos estadual e federal.

Manifestações contra a violência têm criado uma unanimidade inusitada numa metrópole tão marcada pelas disparidades econômicas e sociais. Moradores dos bairros ricos e pobres, do centro e da periferia, concordam que o aumento da violência tornou a vida na cidade insuportável.

São Paulo concentra, em proporções alarmantes, todos os tipos de violência, desde a que promove a exclusão e a miséria, a selvageria no trânsito, a discriminação, até os crimes bárbaros como as chacinas, os seqüestros e os julgamentos. O município também bate todos os recordes brasileiros de assaltos, roubos, furtos de veículos e de tráfico de drogas.

O crime organizado principia na simples “contravenção” do jogo de bicho, passa pelo roubo de cargas, por laboratórios clandestinos de remédios e contamina as máquinas públicas que operam na cidade, tanto da própria Prefeitura como do Estado. Os escândalos da “Máfia da Propina”, do PAS, do Detran e tantos outros que vieram à tona nos últimos anos revelam como a corrupção e a violência andam de mãos dadas na cidade.

Os números — nem sempre completos e confiáveis — são assustadores, especialmente porque acentuam uma escalada sem fim, apesar de todos os diagnósticos, discursos e medidas anunciadas para a sua reversão. Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado, o número de homicídios na Capital foi de 4.551 em 1997, 4.814 em 1998 e 5.418 em 1999. Em novembro de 1999, a cidade bateu o recorde histórico de

homicídios com 505 casos no mês, uma média de 16,8 por dia.

Ainda no ano passado, a taxa de homicídios na Capital, segundo a Fundação Seade, foi de 59 por 100 mil habitantes. Em alguns bairros, as taxas registradas foram superiores a 100 homicídios por 100 mil habitantes. É o caso do Jardim Iguatemi (100,11), Jardim São Luís (103,75), Cidade Ademar (106,06), Sé (107,62) e Jardim Ângela (116,23).

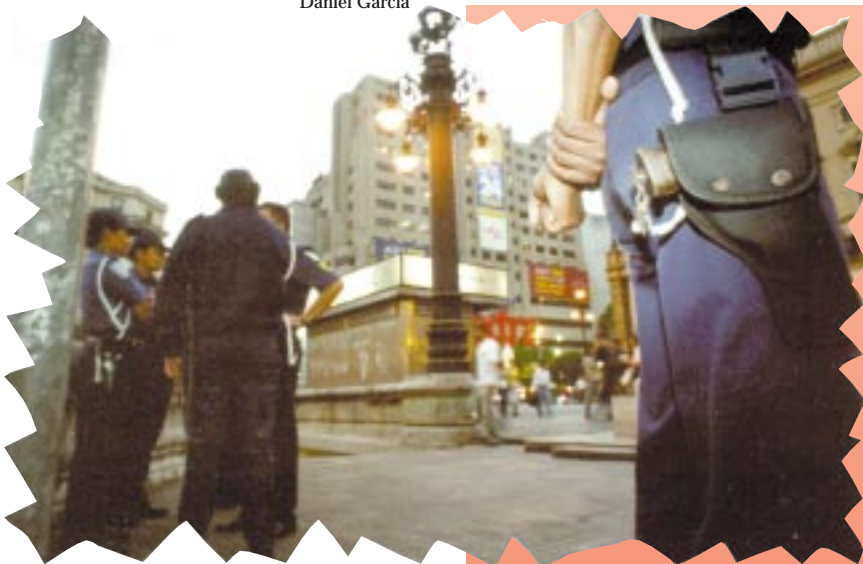
Estudo realizado pela Ouvidoria da Polícia mostra que tem aumentado também, desde 1996, o número de mortes causadas pela própria polícia paulista. Os dados são de todo o Estado, mas o grosso das ocorrências diz respeito ao município de São Paulo. Em 1999, a

Desde 1996, cresce o número de mortes causadas pela Polícia. Os dados são de todo o Estado, mas o grosso das ocorrências diz respeito à Capital: em 1999, a polícia matou 664 pessoas e 56% das vítimas não tinham quaisquer antecedentes criminais: eram inocentes ou apenas suspeitas

Marcos Mendes/AE



Daniel Garcia



Levantamento encomendado pela OMS para a USP indica que o ciclo do tráfico de drogas e a falta de opções de cultura e lazer na periferia são agentes da violência. A maioria dos envolvidos na criminalidade urbana têm 18 a 25 anos de

idade e enfrentam dificuldades para entrar no mercado de trabalho. Só na Capital, pelo menos dois milhões de jovens pararam de estudar por falta de dinheiro e não conseguiram se empregar

polícia matou 664 pessoas, 26% a mais do que no ano anterior (525).

O mesmo levantamento revela que 56% das vítimas da polícia não tinham quaisquer antecedentes criminais: eram inocentes ou apenas suspeitas. Da mesma forma, 51% das vítimas foram atingidas por disparos de revólveres nas costas, o que comprova, nesses casos, uso indevido da força e despreparo da ação policial.

Além disso, de acordo com o professor Sérgio Adorno, coordenador da pesquisa *O Adolescente na Criminalidade Urbana em São Paulo*, divulgada em julho último, a mais significativa mudança entre dois períodos pesquisados diz respeito “à evolução da criminalidade não-violenta para a violenta e às suspeitas de um maior envolvimento de adolescentes com o crime organizado sob a forma de bandos e quadrilhas”.

A tendência de crescimento acontece também nos crimes de chacinas e seqüestros, ambos organizados geralmente por quadrilhas de traficantes e quase sempre com

o envolvimento de policiais. Cresce também o número de roubos, que passou de 92.965 em 1996 para 106.652 em 1997, 134.613 em 1998 e 207.776 em 1999.

Ao mesmo tempo, o município tem sido duramente castigado pelo desemprego: em 1999, a taxa média de desemprego na cidade detectada pela Fundação Seade beirou os 18% da população economicamente ativa (PEA). A indústria e o comércio sofreram bastante, nos últimos anos, com o modelo econômico adotado pelo governo federal, centrado na concentração empresarial, na importação e na redução dos investimentos nos setores produtivos. Dado revelador do quadro recessivo é a existência de mais de 25 mil imóveis vagos dentro da cidade, uma boa parte resultado de abandono de atividade comercial.

Mesmo que as autoridades e setores da sociedade queiram interpretar essa situação como fenômeno global, os dados de São Paulo estão muito além do que ocorre nas principais e maiores metrópoles do mundo. E estão, comprovadamente, longe demais da realidade da violência nas capitais dos países subdesenvolvidos e dos vizinhos brasileiros do Mercosul.

Levantamento encomendado pela OMS para a USP, ainda em fase de pesquisa, já conseguiu demonstrar que o ciclo do tráfico de drogas e a falta de opções de cultura e lazer na periferia são agentes da violência. O estudo será concluído em cinco anos.

As estatísticas oficiais comprovam que a maioria das pessoas envolvidas com drogas, criminalidade e violência urbana, inclusive

Cena paulistana

Sem registro

Numa terça-feira comum de junho, às 6h45, o pai e seus dois filhos — de 14 e 16 anos de idade — deixam o prédio onde moram, na Vila Mariana, bairro de classe média, em direção ao colégio, algumas quadras adiante. Na primeira esquina, o Vectra em que estão é bloqueado por uma perua, cercado por três homens armados e eles são obrigados a trocar de veículo, a deitar no assoalho e ficam cobertos por uma lona. A perua circulou durante algum tempo, parou e o pai foi colocado para fora, com a recomendação de que fosse para casa e não entrasse em contato com a polícia.

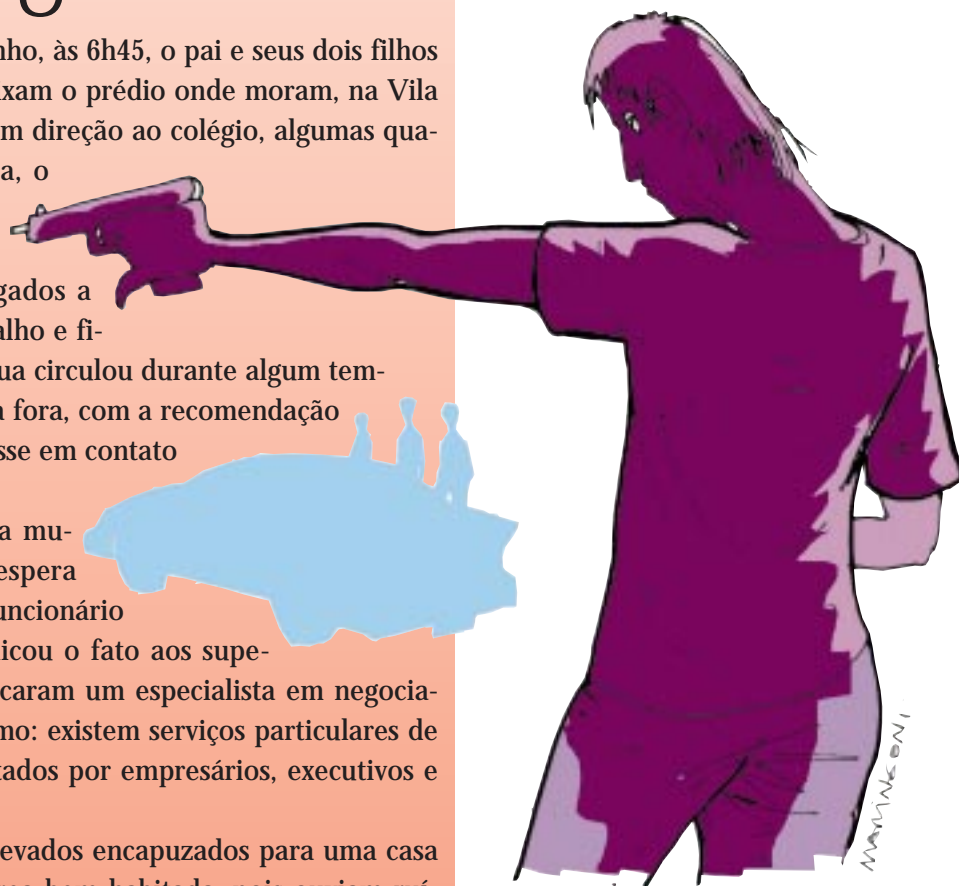
O pai obedeceu e, junto com a mulher e outros familiares, ficou à espera do contato dos seqüestradores. Funcionário de empresa multinacional, comunicou o fato aos superiores, que, imediatamente, convocaram um especialista em negociação com seqüestradores. Isso mesmo: existem serviços particulares de “negociação de seqüestro” contratados por empresários, executivos e funcionários graduados.

Os jovens seqüestrados foram levados encapuzados para uma casa em local desconhecido, mas em área bem habitada, pois ouviam ruídos de veículos, conversas e barulho de crianças brincando. Ficaram trancados num quarto sem janelas, mas puderam ouvir quando alguém perguntou a um dos seqüestradores quantos estavam no quarto hoje. Foram bem tratados, receberam lanches feitos em bar ou padaria, e forneceram aos seqüestradores algumas pistas sobre o montante possível do resgate — conforme o padrão da família.

Depois, os seqüestradores entraram em contato com a família, aceitaram negociar com o negociador profissional, pediram um resgate de 100 mil reais e acabaram aceitando, depois de algumas ligações, a quantia de 40 mil reais. Às 20 horas do mesmo dia, o pai deixou a mala com o dinheiro no estacionamento do Carrefour da via Anchieta. E às 22 horas os dois jovens foram liberados em local próximo ao Jabaquara.

Esse caso, verídico, não chegou ao conhecimento da polícia, pois a família, além de temer uma ação policial que pudesse colocar as vidas dos filhos em risco, também temia que pudesse existir algum envolvimento da própria polícia no seqüestro.

Como esse, é certo, São Paulo é palco de milhares de atos violentos por dia que sequer chegam aos registros policiais. Muito menos às estatísticas oficiais. (H.O.S.)



entre as vítimas da violência policial, está na faixa etária de 18 a 25 anos, que é a mais desassistida pelos serviços públicos e que mais enfrenta dificuldades para inserção no mercado de trabalho. Somente na Capital, segundo levantamento do Datafolha, no ano passado pelo menos dois milhões de jovens foram obrigados a parar de estudar por falta de dinheiro e, também, não conseguiram se empregar.

Coordenadora do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP, a professora Nancy Cardia entende que os homicídios de jovens “têm causas mais complexas e a redução desses números requer não só investimentos públicos mas

Homicídios na capital

Ano	1997	1998	1999
Número	4551	4814	5418

Recorde histórico

Nov/1999: 505 homicídios

Média: 16,8 homicídios/dia

também a ação das famílias em situação de risco, programas de apoio a essas famílias, programas de tratamento a viciados em drogas e álcool, treinamento para o mercado de trabalho e oportunidades de lazer”.

Em sua intervenção no seminário São Paulo Sem Medo, organizado pelo NEV e por várias entidades, Nancy disse que as áreas de maior violência em São Paulo “são também aquelas que do ponto de vista físico caracterizam-se por terem pouca infra-estrutura: ruas sem asfalto, sem iluminação pública, de difícil acesso a veículos (carros de polícia, coletores de lixo, ambulância, correios, gás, serviços de entrega em geral) e transporte público deficiente”.

Ao relacionar a infra-estrutura urbana à situação de violência e de segurança pública, a professora considera que os bairros mais violentos, além de menos valorizados e menos prestigiados, atingem “a auto imagem dos moradores frente ao resto da cidade”.

Embora, na divisão tradicional das esferas de poder, o assunto da segurança pública seja tratado, em grande parte, como uma ação repressiva das polícias civil e militar, a Prefeitura, não só por meio da Guarda Civil Metropolitana, mas

AS PERGUNTAS FEITAS AOS

1 Pesquisa coordenada pela professora Nancy Cardia, sobre a percepção da violência, demonstrou que o impacto da violência em São Paulo ocorre, em primeiro lugar, no espaço público da cidade (57%), depois no bairro (19%) e por último na família (13%). Uma das propostas que o NEV tem debatido com os setores públicos é a implantação do policiamento comunitário, com a participação da Polícia Militar.

Qual a sua posição sobre o policiamento comunitário e o que a sua administração pretende fazer para garantir a segurança nos espaços públicos da cidade?

2 A pesquisa *O Adolescente na Criminalidade Urbana em São Paulo* apresenta várias recomendações para o combate à violência na cidade.

Qual a sua opinião sobre o que a Prefeitura pode e deve fazer em relação às propostas ali apresentadas?

3 Estatísticas da Secretaria de Segurança Pública e pesquisas do NEV comprovam que parte da violência e da violação dos direitos humanos em São Paulo é praticada por agentes policiais, civis e militares, e também pela Guarda Civil Metropolitana. O NEV tem defendido, e conseguiu algum resultado no âmbito estadual, a introdução de disciplinas de direitos humanos nas academias de polícia, inclusive

no conjunto de políticas públicas, tem condições de contribuir efetivamente para baixar os vergonhosos números da violência na cidade. Basta que a futura administração recolha as propostas da sociedade e tenha compromisso efetivo com as populações mais carentes de infra-estrutura pública.

NEV é celeiro de estudos e propostas

O Núcleo de Estudos da Violência reúne equipes de pesquisadores e participa de parcerias com o governo e com entidades

civis no combate aos problemas de violência e desrespeito aos direitos humanos. Por meio de trabalhos acadêmicos e pesquisas, principalmente do NEV, os professores da USP têm dado uma grande contribuição para a identificação das causas e demais componentes do fenômeno da violência nos centros urbanos, assim como o estudo de propostas para o seu enfrentamento.

Um dos mais abrangentes estudos sobre a situação da violência no Estado de São Paulo, e também na Capital, integra o *Primeiro Relatório de Direitos Humanos: realizações e desafios*, elaborado pelo

CANDIDATOS

o estudo de técnicas não letais de intervenção policial.

Qual a proposta de orientação do candidato para a Guarda Civil Metropolitana, no que diz respeito ao combate à violência na cidade e ao respeito aos direitos humanos?

4 O Primeiro Relatório de Direitos Humanos do NEV indica claramente que o combate à violência depende de ações conjuntas de várias áreas dos setores públicos e privados, dos vários níveis de poder e de medidas efetivas integradas na área legal e no trabalho de campo, tendo em vista a busca de resultados no longo prazo.

Como deve ser a atuação da Prefeitura no sentido de organizar essas ações em conjunto com a Secretaria da Segurança Pública e com o Ministério da Justiça?

5 O NEV tem apoiado a criação de conselhos específicos para tratar da Condição Feminina e da Promoção e Desenvolvimento da Comunidade Negra, já que a discriminação e a violência contra esses segmentos apresentam maior incidência na sociedade brasileira, inclusive em São Paulo.

O que a Prefeitura de São Paulo pode fazer para reduzir a violência contra grupos específicos?

NEV sob a coordenação do professor Paulo Sérgio Pinheiro e divulgado em janeiro deste ano.

Além de reunir dados estatísticos, tipificar e caracterizar as principais formas de violência, o relatório sintetiza as mais diferentes ações nas várias esferas da administração pública e apresenta sugestões e propostas de trabalho para melhorar a eficiência dos programas de segurança pública da população.

Uma das medidas que ele indica é a unificação dos sistemas de informação das polícias civil e militar, ambas controladas pelo Estado. Outra é o fortalecimento dos

conselhos comunitários de segurança e a efetiva participação dos moradores na formulação de ações preventivas.

O NEV tem atuado em parceria com o governo estadual no sentido de assessorar a implantação do policiamento comunitário, com base numa experiência bem sucedida no Canadá. E, junto com várias entidades e empresas,

Bairros com maior taxa de homicídios em 1999

Jardim Iguatemi	100,11
Jardim São Luís	103,75
Cidade Ademar	106,06
Sé	107,62
Jardim Ângela	116,23



Daniel Garcia



Paulo Sérgio Pinheiro

entre as quais a Fiesp e a Rede Globo, ajudou a criar o Instituto São Paulo Contra a Violência.

No trabalho que estão fazendo para a Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão da ONU, de análise da violência e de suas condicionantes urbanas, o NEV e o Núcleo de Pesquisas em Informações Urbanas da FAU devem indicar projetos culturais que possam servir de antídoto para a violência.

Já o professor Sérgio Adorno inclui no seu estudo do adolescente envolvido na criminalidade uma série de recomendações, especialmente para o poder público (certamente, mais para Estado e União do que para a administração municipal), entre as quais as seguintes:

1) A constituição de banco de dados sobre perfil das ações, do adolescente infrator e das medidas aplicadas, que poderá munir tanto as autoridades encarregadas de formular políticas públicas quanto dirigentes de organizações não-governamentais;

2) A constituição de pequenos grupos de pesquisas aplicadas voltados para a área de infância e

adolescência, nas várias faixas etárias, para estudo da delinqüência.

3) Fazer cumprir na sua inteireza e integridade os preceitos e normas contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em decorrência das ações anteriores, criar condições para bloquear os estímulos às estratégias de encarceramento generalizado como opção de política de controle repressivo da delinqüência juvenil (hoje, todos os menores infratores são encarcerados na Febem, sem se levar em conta os que têm pais, os que não têm família estruturada, os que foram criados no interior e os da capital, de bairros pobres e favelas, os migrantes etc.).

4) Constituição de escolas especializadas na formação de operadores, técnicos e não-técnicos de Direito, comprometidos com as causas da infância e da adolescência.

Embora a administração municipal não disponha de instrumentos legais e técnicos para atuar direta-

mente na área da segurança pública, nem a vocação para substituir o papel do governo do Estado, é claro que tem um amplo campo para colaborar e criar inúmeros canais de ação conjunta e complementar.

Pode-se realizar, por exemplo, um planejamento conjunto da atuação da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar na segurança das escolas e espaços públicos. A Guarda, porém, vem sendo utilizada como tropa de choque contra ambulantes, moradores sem teto e outros excluídos, assumindo um perfil militarizado e hostil aos estratos mais pobres da população.

Vários estudos do NEV também sugerem, no âmbito mais específico da Prefeitura, ações urbanas localizadas para as populações de risco, melhoria da infra-estrutura nas regiões degradadas e, principalmente, a adoção de programas culturais e de lazer voltados especialmente para a juventude — todos para tentar reduzir a violência em São Paulo. **RA**



Sérgio Castro/AE